



**ALTA CAPACIDADE:** Sob o comando de Anderson Pomini, a Autoridade Portuária de Santos bate recordes, acelera com eficiência e atrai investimentos de peso.

# RODOVIAS & INFRA

CIRCULAÇÃO NACIONAL

COMUNICAÇÃO DE ENGENHARIA

## LOGÍSTICA QUE CONECTA O BRASIL AO MUNDO



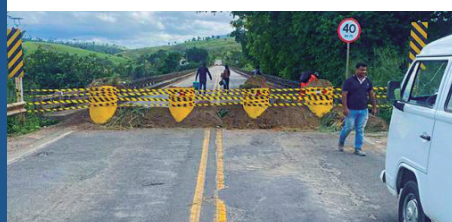
Portos ampliados, hidrovias valorizadas e aeroportos modernizados. **Em exclusiva, o ministro Silvio Costa Filho** detalha os investimentos, as prioridades e a estratégia para redefinir a infraestrutura de transportes





## INFRAESTRUTURA EM RISCO

*ANETRAMS propõe programa emergencial para recuperação de pontes e viadutos com foco em adaptação climática*



**Hoje, 727 pontes em rodovias federais apresentam condições estruturais críticas ou ruins, com risco iminente de colapso.**

O Brasil enfrenta uma crise estrutural em suas rodovias federais. O envelhecimento de pontes e viadutos, somado a anos de contratações inexequíveis, projetos de baixa qualidade e a falta de investimentos adequados, expõe a população a riscos iminentes. Em resposta a esse cenário crítico, a Anetrans desenvolveu o Programa de Gestão de Risco de Obras de Artes Especiais (OAE) e Adaptação Climática, uma proposta abrangente que visa implementar ações emergenciais, corretivas, adaptativas e preventivas para a recuperação dessas estruturas, garantindo segurança e resiliência diante das mudanças climáticas. O programa também propõe a criação de uma política pública efetiva, formalizada por meio de um Projeto de Lei, para assegurar a gestão integrada de riscos e a modernização da infraestrutura rodoviária.

O programa é estruturado em pilares estratégicos que incluem investimentos compatíveis com a complexidade das obras, revisão dos preços praticados no Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), formas de contratação mais ágeis e seguras, além da adequação de materiais e atualização de regulamentos de projetos. A proposta destaca a importância de uma política pública voltada à infraestrutura sustentável, que considere tanto as demandas urgentes quanto os desafios futuros relacionados às mudanças climáticas.

Os fundamentos do programa são claros: o Brasil enfrenta as consequências de uma década de políticas públicas insuficientes para a manutenção da infraestrutura rodoviária. Entre os principais problemas identificados estão os projetos de baixa qualidade, licitações fracassadas, preços inexequíveis, morosidade nos processos de contratação e o apagão de empresas e profissionais qualificados. Hoje, 727 pontes em rodovias federais – cerca de 12,5% do total de 5.827 estruturas – apresentam condições estruturais críticas ou ruins, com graves problemas como fissuras, desgaste em pilares e risco iminente de colapso.

A situação é agravada pela falta de priorização orçamentária. Enquanto a atual Lei Orçamentária Anual (LOA) destina 50,87% dos recursos – cerca de R\$ 2,5 trilhões – para juros e amortização da dívida pública, apenas 0,27% do orçamento total, ou R\$ 13,5 bilhões, são destinados ao Ministério dos Transportes. Em contrapartida, as emendas

# Eventos climáticos extremos podem gerar perdas de até US\$ 17 trilhões na América do Sul nos próximos 50 anos.

parlamentares somam R\$ 49,2 bilhões, valor quase quatro vezes superior ao que é reservado para a infraestrutura de transporte, evidenciando a ausência de uma política nacional estruturada e coordenada para enfrentar os desafios do setor.

A necessidade de modernização da infraestrutura rodoviária é ainda mais urgente diante dos impactos econômicos das mudanças climáticas. Estudos apontam que, nos próximos 50 anos, esses eventos extremos podem gerar perdas de até US\$ 17 trilhões na América do Sul, afetando setores estratégicos como agronegócio, saúde, finanças e transporte. A produção industrial pode sofrer uma redução de US\$ 3,5 trilhões, enquanto o varejo e o turismo perderiam aproximadamente US\$ 2,3 trilhões. Os prejuízos já são evidentes: nos últimos dez anos, desastres climáticos causaram danos de R\$ 401,3 bilhões ao Brasil, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU).

Diante desse cenário, a Anetrans propõe medidas concretas para reverter a crise e garantir a segurança da infraestrutura nacional. Uma das principais iniciativas é a adoção do modelo de credenciamento emergencial para a execução do programa de Gestão de Risco de OAE, inspirado em práticas bem-sucedidas de instituições como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Esse modelo reduz os custos administrativos, agiliza as contratações – permitindo que empresas já credenciadas iniciem os serviços de forma imediata – e padroniza os processos por meio de editais específicos para cada tipo de intervenção.

Outra proposta central do programa é a revisão do SICRO, com a atualização de preços e materiais, garantindo valores mais realistas e condizentes com a complexidade técnica das obras. Além disso, o programa prevê a implantação de medidas corretivas,

## Elementos do Programa de Gestão de Risco:

- ✓ Diagnóstico estrutural das OAEs
- ✓ Inspeções técnicas
- ✓ Obras emergenciais
- ✓ Inteligência artificial no monitoramento
- ✓ Plataforma nacional de riscos
- ✓ Apoio técnico aos municípios

preventivas e adaptativas para mitigar riscos e aumentar a resiliência da infraestrutura rodoviária.

Entre as ações prioritárias estão o diagnóstico detalhado das condições estruturais das pontes e viadutos, a realização de inspeções técnicas e o levantamento de impactos e riscos. O programa também propõe a execução de obras emergenciais e sustentáveis, a proteção de encostas em áreas críticas, o gerenciamento e fiscalização contínua de áreas de risco e a implantação de sistemas de monitoramento com tecnologias avançadas, como inteligência artificial (IA). A criação de uma plataforma nacional de gestão de riscos e desastres – em linha com as recomendações do TCU (Acórdão 546/2023) – também é uma das medidas previstas, assim como o apoio aos municípios na elaboração de seus planos de adaptação climática.

A Anetrans reforça que, sem mudanças estruturais significativas no orçamento e na gestão de riscos, o Brasil continuará vulnerável a colapsos em sua infraestrutura rodoviária, com graves consequências para a segurança da população e o desenvolvimento econômico. O Programa de Gestão de Risco de OAE e Adaptação Climática surge como uma resposta urgente e necessária para enfrentar os desafios do presente e preparar o país para um futuro mais seguro e resiliente. ■



**Enquanto R\$ 2,5 trilhões são destinados à dívida pública, apenas 0,27% do orçamento vai para o Ministério dos Transportes.**